

SIMPÓSIO 1: AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E APRENDIZAGEM EM PLE

Coordenador: Viviane Bagio Furtoso (UEL) / Juliana Roquete Schoffen (UFRGS)

Debatedor: Douglas Altamiro Consolo (UNESP – São José do Rio Preto)

E-mail: viviane@uel.br / jurs@terra.com.br

OBJETIVO(S):

O objetivo será a discussão de questões pertinentes aos processos avaliativos em contextos de avaliação de desempenho/proficiência e de aprendizagem de Português Língua Estrangeira, bem como o impacto que testes ou exames de proficiência exercem sobre os agentes envolvidos no contexto educacional.

RESUMO:

Este simpósio se enquadra no tema *Português como língua estrangeira e segunda língua* e tem como foco questões referentes ao processo de avaliação. Pretende-se discutir questões pertinentes aos processos avaliativos em contextos de avaliação de desempenho/proficiência e de aprendizagem de Português como Língua Estrangeira, bem como o impacto que testes ou exames de proficiência exercem sobre os agentes envolvidos no contexto educacional, reconhecendo-se a relação intrínseca entre ensino-aprendizagem e avaliação. Além de trabalhos voltados para o contexto presencial, serão contempladas, neste simpósio, investigações sobre o contexto virtual, considerando que as características do processo de ensino-aprendizagem-avaliação têm se alterado nesse novo paradigma.

SIMPÓSIO 2: O ENSINO-APRENDIZAGEM E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS NO MUNDO PLURAL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Coordenadores: Kleber Aparecido da Silva (UNB), Lúcia Maria de Assunção Barbosa (UFSCar), Nelson Vianna (UFSCar)

E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br

OBJETIVO(S)

Refletir sobre o ensino-aprendizagem de línguas e a formação de professores de português para estrangeiros nas instituições de ensino (escolas, centro de línguas e universidades). Possibilitar aos participantes do simpósio subsídios teóricos, práticos e metodológicos para a (re) construção de políticas públicas de ensino-aprendizagem e de formação mais condizentes com o mundo plural.

RESUMO:

As pesquisas sobre ensino e aprendizagem de português para estrangeiros têm despertado o interesse de inúmeros pesquisadores no campo de investigação da Linguística Aplicada (FERREIRA, 2008; ROTTAWA, 2008; SCARAMUCCI, 2008; SCARAMUCCI; WIEDEMANN (2008); ALMEIDA FILHO; CUNHA, 2007; VIANA, 2003; CUNHA; SANTOS, 2002; JÚDICE, 2002, 2000, 1996; ALMEIDA FILHO, 1997, 1995; SILVEIRA, 1997; ALMEIDA FILHO; LOMBELLO, 1992, 1989; dentre outros). Tendo como foco o referido contexto, os participantes irão problematizar questões relevantes decorrentes do ensino e da aprendizagem em prática hoje em nossos centros de línguas, escolas e universidades (particulares e públicas), para depois buscarem encaminhamentos que possibilitem a (re) construção de políticas públicas de ensino-aprendizagem e de formação de professores de português para estrangeiros mais arrojadas neste mundo plural.

SIMPÓSIO 3: FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE ESPANHOL: NOVAS E VELHAS QUESTÕES PARA OS CURSOS DE LETRAS

Coordenador: Valesca Brasil IRALA/UNIPAMPA e Vanessa Ribas Fialho/FAMES

E-mail: vanessafialho@gmail.com / valesca.iral@unipampa.edu.br

OBJETIVO(S)

Contribuir para a formação inicial de professores, através da problematização de políticas educacionais no Brasil.

RESUMO:

Segundo os parâmetros dos cursos de Letras, os professores de línguas devem ter uma formação de perfil generalista e que dure, no mínimo, o tempo necessário para sua prática docente. Nos últimos 10 anos, muitas foram as diretrizes e orientações no âmbito das políticas públicas como, por exemplo, a ampliação do número de vagas no ensino superior, incluindo as licenciaturas em Letras. Além disso, nesse período, também se propagaram e se difundiram os cursos à distância, primeiramente idealizados pelas instituições privadas e, posteriormente, pelas públicas federais, a partir de 2005, com a criação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas e outras ações no âmbito da política educacional nacional têm promovido discussões intensas nas instituições universitárias, para que essas se adequem às diretrizes nacionais, especificamente no que tange à formação docente (2800 horas para os cursos de licenciatura) do professor de língua espanhola. Tais discussões, normalmente à primeira vista focadas em aspectos meramente pedagógicos, ganham relevo quando se difundiu nacionalmente em 2006 um conflito gerado no estado de São Paulo a respeito de um acordo firmado entre o Banco Santander espanhol e a Secretaria do Estado, através do qual se pretendia formar 45 mil docentes de língua espanhola (cf. DEL VALLE ; VILLA, 2008). Daquela polêmica, e frente aos protestos contra as intenções do acordo, pode-se depreender que pensar a formação do professor de língua espanhola hoje no Brasil envolve um complexo campo de ações e perspectivas, que além de considerarem os aspectos pedagógicos, os entrelaçam a elementos tradicionalmente extrínsecos a eles. Nesse terreno instável, podemos pensar em propostas para este simpósio que discutam não só a formação inicial de professores de espanhol tanto nos cursos presenciais como à distância, mas também a implicação e avaliação dos resultados das reformas curriculares produzidas na última década nos cursos de Letras-Espanhol e as demandas externas (políticas, teóricas, etc.) e internas (originadas pelas dinâmicas das próprias instituições) que afetam os espaços dessa formação.

SIMPÓSIO 4: DO CURRÍCULO TRADICIONAL ÀS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUAS – PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SÉCULO XXI.

Coordenador: Daisy Rodrigues do Vale (UFU) / Maria Inês Vasconcelos Felice (UFU) / Maria Clara Carelli Magalhães Barata (UFU)

E-mail: drvale@netsite.com.br

OBJETIVO(S)

Expor e discutir criticamente o desenho dos cursos de Letras – Licenciaturas - antes e depois das reformulações propostas a partir da elaboração do novo currículo.

RESUMO:

A proposta pedagógica do novo currículo dos Cursos de Letras foca a formação do professor, fundamentada na autonomia e na reflexão crítica do aprendiz. A literatura sobre o tema aborda a relação entre reflexão e o pensamento do professor e enfatiza a necessidade de se considerar o modo como esse vê o seu trabalho, possibilitando não só a compreensão de suas crenças sobre aprendizagem de línguas, como também tornando-as mais explícitas (GIMENEZ, 1999). Esse futuro professor reflexivo, pesquisador de sua própria ação, será agente de transformação do contexto social da escola pública (CELANI, 2003). É sabido que a universidade brasileira já conta com a existência de cursos onde a área das línguas estrangeiras assumiu a responsabilidade de convidar os estudantes, no primeiro ano do curso, a refletirem sobre os processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação, apresentando, assim, uma abordagem inovadora e, ao mesmo tempo, esperada pela maioria das instituições de ensino formadoras de professores de línguas. Analisar, debater e determinar algumas características importantes para desenvolver uma identidade reflexiva no futuro professor de línguas estrangeiras também é princípio que norteia algumas propostas curriculares. Ao propor este simpósio, pretendemos reunir pesquisadores que irão discutir sobre questões políticas e educacionais voltadas para a formação do professor de línguas estrangeiras e relacionadas aos currículos institucionalizados por universidades brasileiras.

SIMPÓSIO 5: O PAPEL DA LINGUAGEM E DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO BRASILEIRO, EDUCADOR ↔ EDUCANDO

Coordenador: Hilário I. Bohn (UCPel) / Lúcia V. S. Grigoletti (UCPel)

E-mail: hbohn@terra.com.br

OBJETIVO(S)

Discutir o papel da linguagem e de políticas linguísticas na formação identitária do sujeito, educador - educando brasileiro

RESUMO:

Pode-se afirmar que uma das questões básicas na discussão de políticas lingüísticas para uma comunidade, país ou região, é a reflexão sobre o papel da linguagem na construção e constituição das identidades individuais e coletivas dessas comunidades. Esta discussão torna-se mais necessária e pertinente dentro da diversidade cultural e lingüística brasileira em que centenas de línguas (indígenas e de imigrantes), juntamente com as suas variações, fazem a tessitura lingüística do país. Aí se travam os conflitos (Fritzen, 2008), sente-se a dor do abandono da língua materna (Coracini, 2007), realizam-se letramentos, travam-se as lutas pela sobrevivência, forjam-se as identidades híbridas, cruzam-se as fronteiras (Anderson, 2009 [1991]) lingüísticas e identitárias. No entanto, é nesta complexidade que também se pode experimentar a fruição de novos lugares pela aprendizagem da língua do outro e ingressar na estrangeiridade, que freqüentemente mora ao nosso lado, seja ela do imigrante ou migrante, do usuário de Libras, ou do habitante de fronteira nacional ou grupo étnico. Não se pode esquecer que a língua do outro é muitas vezes reduzida a algo inferior, como discutido em Silva (2008), apesar de sempre existir a possibilidade de não pautar a conduta dos falantes pelo certo e errado (Cox, 2008; Bortoni-Ricardo, 2006). Certamente, será enriquecedor examinar a questão lingüística brasileira e identitária dentro de uma perspectiva plural (Machado e Silva, 2008), própria do mundo da globalização em que a liquidez é constitutiva e exige demarcações de 'fronteiras' cada vez mais nítidas, apesar de o homem pós-moderno viver nos interstícios referidos por Bhabha (2005 [1998]) em sua discussão sobre 'o local da cultura'. É nesta complexidade cultural e lingüística nacional, às vezes transformada em perplexidade por nosso olhar tendencioso à homogeneidade, que vale a pena discutir a lingua(gem) e a(s) identidade(s), quando refletimos sobre políticas lingüísticas. Sabe-se que os estudos identitários no Brasil se desenvolvem sob diferentes princípios teóricos, alguns se filiam aos estudos culturais, à sociologia e à antropologia; outros procuram nos princípios da psicanálise explicações sobre a relação do ser humano com a linguagem, outros ainda fazem a sua análise dentro dos princípios da análise do discurso. Apesar dos distanciamentos teóricos que ali se expressam, é possível que estes diferentes olhares enriqueçam e contribuam para a compreensão das complexas implicações da linguagem na formação identitária humana (brasileira) no ambiente familiar, escolar, social e profissional.

SIMPÓSIO 6: CONTEXTOS BILÍNGÜES E LÍNGUA SEGUNDA DE FRONTEIRA
Coordenador: Maria Ceres PEREIRA (UFGD)
E-mail: mariapereira@ufgd.edu.br / mceresp@gmail.com
<p>OBJETIVO(S)</p> <p>Discutir acerca da (in)visibilidade da língua portuguesa como segunda língua nos contextos sociolinguisticamente complexos como aqueles de imigração, de fronteira, indígenas e de surdez. Estabelecer a interlocução com pesquisadores de contextos regionais diferenciados, tangenciados pelas línguas em contato/conflito. onde o português nem sempre é a língua materna.</p>
<p>RESUMO:</p> <p>A proposta deste simpósio parte das discussões realizadas pelos integrantes do grupo de pesquisa LIET-UFGD/CNPq. A região focalizada por este grupo é de Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Dourados e região. Trata-se da segunda maior população indígena brasileira. Destaca-se que a população predominante é das etnias Guarani, Guarani ñandeva, Kaiowá e Terena. Há entre estes povos aqueles que falam suas línguas em base regular, os que têm habilidades letradas nas mesmas e há os que somente ouvem com entendimento. Nas terras indígenas de Dourados, Jaguapiru e Bororo, há atualmente sete escolas indígenas sob autarquia municipal e, nas mesmas, há impasses na implementação de uma educação bilíngüe de fato. O cenário complexo também focaliza o contexto de fronteira onde as línguas portuguesa, espanhola, guarani dividem espaço. Nesse cenário, há escolas localizadas nos limites da fronteira seca, havendo casos em que 80% dos alunos são oriundos do Paraguai. Escolas não têm ensino bilíngüe e os professores, em maioria, aplicam uma pedagogia culturalmente sensível cf. Erickson (1996). Há uma política lingüística implícita nas práticas educativas, contudo, pesquisas – Pereira (2006-2009), Dalinghaus (2009), Sales (em andamento) têm evidenciado a necessidade da rediscussão do ensino do português na perspectiva da “língua materna”. Questões são propostas para discussão: o português é sempre língua materna? É segunda língua? Para quem? Em que contextos? Que fazer na escola onde alunos são falantes de outras línguas? Os pesquisadores referidos levarão à discussão os resultados até então obtidos. O cenário sociolinguisticamente complexo não é uma particularidade de Mato Grosso do Sul razão porque este Simpósio se abre para pesquisadores de outras regiões brasileiras.</p>

SIMPÓSIO 7: LINGUA(GEM), IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE: INTERFACES LINGÜÍSTICAS

Coordenador: Prof. Dr. Madson Góis Diniz (UFCG) / Profa. Dra. Sinara Branco (POS-LE, UFCG)

E-mail: madsongois@gmail.com

OBJETIVO(S)

- Discutir sobre as teorias e tendências da Lingüística Aplicada Crítica dentro da perspectiva do discurso literário, levando em consideração a cultura como grande matriz das práticas discursivas e a movência ideológica na elaboração de identidades e alteridades.
- Discutir sobre as contribuições teórico-metodológicas da relação literatura x língua x identidade no processo de formação dos professores de língua, bem como os impactos dessa dinâmica no ensino-aprendizagem.

RESUMO:

Os novos rumos da lingüística aplicada têm contribuído de forma veemente na construção de um lócus crítico-investigativo dos estudos culturais no escopo das análises lingüísticas. Partindo da visão desconstrucionista de Homi Bhabha, observa-se que a linguagem constitutiva do sujeito ou a noção de identidade propriamente dita passam pelo viés do hibridismo, espaço dinâmico e tradutório do trânsito de experiências culturais. Desta forma, no mundo pós-moderno e globalizado, o deslocamento de identidades provoca percepções distintas do que é a linguagem e seus desdobramentos nas práticas identitárias, repensando a cultura enquanto elemento mediador do discurso. A língua em alguns escritores está ancorada numa dimensão auto-reflexiva, dialogando as diferenças do contexto histórico-social, culminando no grande debate sobre os entre-lugares da língua e suas fronteiras na construção de um *pathos* metalingüístico da natureza da linguagem. Partindo de uma perspectiva “indisciplinar” da Lingüística Aplicada (Moita Lopes), esse simpósio pretende discutir questões de identidade, subjetividade e memória na elaboração de discursos literários, a partir dos quais, a língua se configura enquanto mecanismo e arquivo de processos identitários, resultando em dinâmicas de preservação e manutenção dos embates entre tradição e modernidade. Ao tomar por base a noção de identidade proposta por Stuart Hall como uma “uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais”, esse simpósio tem por objetivo reunir trabalhos que dialoguem a literatura, a lingüística aplicada crítica e questões acerca de identidades, incluindo também os processos de tradução como mecanismos subjetivos de práticas culturais.

SIMPÓSIO 8: ENSINO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA MATERNA – OBSERVAÇÕES SÓCIO-COGNITIVAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Coordenador: Ana Flávia Lopes Magela Gehhardt (UFRJ)

E-mail: gerhardt@ufrj.br

OBJETIVO(S): Reflexão e aplicação de teorias e conceitos da sócio-cognição ao ensino de língua portuguesa – gramática, leitura e produção textual, para pensar criticamente os currículos escolares e os programas de formação continuada e especialização de professores de língua portuguesa, à luz dos trabalhos realizados em sócio-cognição no Brasil.

RESUMO:

Nos últimos anos, o advento das teorias que assumem a cognição como sendo situada e sócio-cognitiva vêm ganhando destaque cada vez maior no universo da pesquisa em cognição no Brasil. Esse desenvolvimento iniciou-se na década de noventa com estudos baseados na Lingüística Cognitiva e voltados à descrição do português, procurando definir como a gramática e o léxico são representativos de padrões e processos cognitivos. Os estudos ganharam impulso ainda maior à medida que se foi perscrutando a estrutura e a semiose lingüística de um sujeito não mais apartado da sua vivência no mundo, mas sim nele estabelecido. Tal perspectiva nos possibilita observar este sujeito nas suas múltiplas dimensões de experiência: em termos atencionais, funcionais, interacionais, sócio-históricos e, sobretudo, epistêmicos. Nesse percurso, emergiu naturalmente a idéia de estender o já amplo alcance da teoria às questões relacionadas ao ensino de língua, tanto de gramática quanto de leitura-escrita. Levando em conta tal expansão teórica e descritiva, este simpósio busca reunir trabalhos alinhados à sócio-cognição advogada por autores como Michael Tomasello e Chris Sinha, que assumem a existência de um sujeito a um só tempo individual e coletivo, e de uma intersubjetividade referencial – em específico, estudos que buscam reconhecer a natureza das identidades normatizadas em sala de aula, a fim de delinear pedagogias que possam favorecer o aprendizado, levando em conta as relações assimétricas e fortemente marcadas pela institucionalização escolar. Enquadram-se também neste simpósio trabalhos baseados nas perspectivas da Semântica das Construções Gramaticais, em particular as pesquisas de Charles Fillmore e Adele Goldberg, e os conceitos relacionados à mesclagem conceptual, desenvolvidos por Gilles Fauconnier e Mark Turner, os quais trazem, nas suas formulações que possibilitam a percepção do significado negociado em tempo real, aportes interessantes para o ensino da gramática. Além dos autores citados, aceitar-se-ão trabalhos fundados em outras perspectivas conceituais, mas afinados com a concepção de uma cognição social, perspectival e situada. As propostas apresentadas serão selecionadas relativamente ao seu potencial de discussão crítica sobre a formulação dos currículos escolares e dos programas de formação continuada e especialização de professores de língua portuguesa.

SIMPÓSIO 9: METODOLOGIAS DE PESQUISA NO ENSINO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA MATERNA

Coordenador: Wagner Rodrigues Silva (UFT)

E-mail: wagnerrodriguesilva@hotmail.com

OBJETIVO(S)

Investigar metodologias de geração e análise de dados de pesquisa, instauradas na prática investigativa sobre ensino e formação de professores de língua materna, destacando conflitos e tensões característicos da pesquisa científica em contextos de formação.

RESUMO:

No simpósio proposto, concebemos a Linguística Aplicada como um campo de estudos transdisciplinares, compreendendo a mobilização de diferentes disciplinas ou pressupostos teóricos em função da construção de objetos de investigação complexos. A construção desses objetos demanda a junção ou a fusão de metodologias de geração de dados com propósito de focalizar o fenômeno estudado da forma mais realista possível, significando capturar fenômenos em processo, ou seja, em movimentos mantidos por redes dinâmicas de atores de natureza humana e não-humana. As pesquisas aqui agrupadas são caracterizadas pelo comprometimento com o fortalecimento de usuários, aprendizes ou profissionais do ensino da língua, marginalizados pela sociedade, por fatores de ordem diversa, tais como social, econômica e política. Caracterizados pela falta, defasagem ou ausência de conhecimentos, competências ou habilidades, tais atores ocupam a posição de participantes da pesquisa no campo aplicado da linguagem, desvencilhando-se da função de simples informantes, conforme antigo paradigma positivista em desconstrução. Mesmo conhecendo orientações teóricas que informam a abordagem transdisciplinar assumida neste simpósio, os percursos metodológicos que sustentam as pesquisas desenvolvidas ainda são pouco conhecidos ou de sistematização pouco significativa. Agrupamos aqui resultados parciais e finais de pesquisas sobre ensino e formação de professores de língua materna. Os trabalhos propostos focalizam preferencialmente metodologias de geração e análise de dados de pesquisas realizadas em diferentes contextos e níveis de ensino e formação do professores de Língua Portuguesa. Situações de tensões e conflitos instauradas entre participantes, no campo de pesquisa, também são focalizadas em trabalhos aqui reunidos, bem como algumas estratégias de minimização ou solução da referida situação conflituosa.

SIMPÓSIO 10: A ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PESQUISADOR E SEU EFEITO NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA EFICIENTE E PRODUTIVA NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NA ESCOLA.

**Coordenador: Cleide Inê Wittke e Letícia Fonseca Richthofen de Freitas
(Universidade Federal de Pelotas)**

E-mail: cleideinesw@yahoo.com.br

OBJETIVO(S):

- refletir sobre a realidade atual do ensino de língua materna na escola;
- repensar o currículo dos Cursos de Letras, enfatizando a importância da prática constante de pesquisa no meio acadêmico;
- eleger o texto como objeto de ensino e diferentes estratégias de leitura e de produção textual como práticas metodológicas;
- construir um novo olhar sobre o ensino de gramática na aula de português.

RESUMO:

Muitos estudos voltados ao ensino de língua materna na escola, entre eles os de Geraldi (1991, 2006), Ilari (1992), Kaufman e Rodríguez (1995), Kleiman e Moraes (1999), Possenti (2002), Maercuschi (2002), Travaglia (2002, 2003) Neves (2003) e Antunes (2003), e a própria realidade atual, mostram que essa prática não tem construído os efeitos desejados: a capacidade de expressar-se com destreza tanto oralmente quanto por escrito. Tais resultados nos fazem repensar não só o objeto de ensino, mas também o modo de abordá-lo, sua metodologia. Entendemos, nessa perspectiva, que o texto, tanto oral quanto escrito, mais especificamente os diferentes gêneros textuais que circulam em nosso meio social, deva ser objeto de análise, assim como o processo de desconstruir e construir textos precisa ser uma prática constante no ensino de língua, no meio escolar. Concebendo, então, a língua como um trabalho social, uma ação entre interlocutores, definimos a aula de português como um exercício permanente de comunicação, um ato frequente de interação verbal, e vemos o papel do professor como um mediador que auxilia o aluno na tarefa de entender o texto. Essa postura nos leva a avaliar e a reconstruir o currículo do Curso de Letras. Na sua formação teórica, didática e pedagógica, o futuro professor precisa ser orientado acerca das diferentes estratégias de leitura, de estudos linguísticos e de produção textual a serem desenvolvidas em aula, o que pode ser realizado através de uma interação constante entre a teoria e a pesquisa. Nesse contexto, é fundamental que o Curso de Letras forme pesquisadores, profissionais que transformem sua aula em um laboratório, onde haja ambiente à construção do saber. Para tanto, é preciso que a Universidade crie espaço e oportunidades em que o futuro profissional possa desenvolver tal competência durante sua formação, prática que irá se modificando e aperfeiçoando no decorrer de seu exercício profissional.

SIMPÓSIO 11: A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL PARA O ENSINO E DIFUSÃO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Coordenadora: Maria Luiza Ortiz Alvarez (UNB)

E-mail: marialuisa.ortiz@gmail.com

OBJETIVO(S): Discutir a questão da implantação de diretrizes, por parte do governo brasileiro, para a efetivação de uma política de ensino-aprendizagem de PLE no Brasil e no exterior.

RESUMO:

Atualmente a valorização da língua portuguesa no cenário internacional adquire um significado especial. Assim, considerando a importância crescente da disseminação do ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira para falantes de outras línguas, tanto no Brasil como no exterior, a necessidade de formação de pessoal especializado em ensino de PLE e da elaboração de materiais didáticos da área, este simpósio se propõe discutir a questão da implantação de diretrizes, por parte do governo brasileiro, para a efetivação de uma política de ensino-aprendizagem de PLE no Brasil e no exterior, que se materialize através de um conjunto de ações imediatas que inclua o mapeamento dos locais de ensino de PLE no Brasil e no exterior, o perfil da área envolvendo formação, condições de ensino e materiais didáticos. A institucionalização de políticas de PLE deverá também focalizar a questão das especificidades do ensino de Português em seus distintos contextos, da tomada de consciência das questões afeitas ao PLE nas instituições e nos encontros acadêmico-científicos. Esses dados poderão indicar os aspectos que necessitam de maior atenção dos profissionais da área e também das autoridades competentes para que o ensino e a pesquisa em PLE alcancem o estatuto de área de importância para as políticas educacionais e de relações exteriores vigentes no Brasil.

SIMPÓSIO 12: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUAS INDÍGENAS**Coordenador: Aryon Dall'Igna Rodrigues (UNB)****E-mail: aryon@unb.br****OBJETIVO(S):** Discutir políticas lingüísticas para as línguas indígenas**RESUMO:**

São faladas atualmente no Brasil cerca de 180 línguas indígenas, o que faz deste país o de maior diversidade linguística nas Américas. Entretanto, a maioria dessas línguas encontra-se seriamente ameaçada de extinção, e várias delas são faladas por menos de 20 pessoas, como são os casos de línguas como Akuntsú, Apiaká, Jeoromitxí, Kanoê, Makuráp, Wayoró, Xetá e Xipáya. A legislação brasileira reconhece a necessidade de criação de instrumentos e mecanismos fortalecedores das línguas e das culturas dos falantes das línguas nativas do Brasil, o que já representa um passo fundamental para a concretização de políticas públicas que favoreçam ações positivas a esse respeito. Neste simpósio, serão discutidos diferentes aspectos de ações que possam refletir a execução de políticas em prol da manutenção das línguas e culturas dos povos nativos do Brasil, respeitadas as suas respectivas dinâmicas próprias.

SIMPÓSIO 13: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE LM E LE Coordenador: Liberato Silva dos Santos (IFECT-GO) E-mail: santos.liberato@gmail.com
<p>OBJETIVO(S): Discutir uma política de ensino de Línguas Estrangeiras (LEs) para os alunos dos programas de Educação de Jovens e Adultos matriculados em cursos profissionalizantes (PROEJA), a partir da análise de documentos produzidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à luz das teorias de Aquisição de Línguas e das orientações para o ensino de LEs encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pelo Ministério da Educação (MEC).</p>
<p>RESUMO:</p> <p>Que direcionamentos a Linguística Aplicada pode propor para o ensino de línguas estrangeiras no contexto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)? A SETEC, ao (re)formular o PROEJA, aponta para a necessidade da criação de políticas públicas que pautem “o desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar.”. Professores dos Cefets expressam sua preocupação com a formação integral do sujeito aprendiz e a importância de não reduzir o ensino-aprendizagem a uma formação tecnicista e instrumentalista preocupada em preparar os alunos apenas para o mercado de trabalho e não para a vida e a prática cidadãs. Os textos dos PCNs que discutem o ensino de LEs no Ensino Médio chamam a atenção para a necessidade de os conteúdos e estratégias de aprendizagem serem trabalhados de forma significativa, integrados às demais disciplinas e ao ambiente sócio-político-econômico-cultural e profissional no qual os alunos estão inseridos. Diante dos desafios aqui colocados, a Linguística Aplicada (LA) e suas teorias de aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras devem se posicionar e se candidatar a fornecer respostas teórico-metodológicas para a produção de conhecimentos, assim como oferecer ferramentas de ensino-aprendizagem que respondam adequadamente às demandas desse público e dessa situação de ensino que possui características tão específicas. É preciso estabelecer uma ponte entre os documentos oficiais e a prática de sala de aula que ajudem a resolver problemas práticos e pontuais, como os desafios da evasão escolar e do “descompasso entre o grau de escolaridade e o domínio do conhecimento que os estudantes têm de fato”. Para isso, é preciso identificar semelhanças, complementaridades e diferenças teóricas que precisarão ser equacionadas. A metodologia escolhida para esta fase inicial do trabalho consiste na leitura e discussão de textos orientadores dos campos da aquisição de línguas estrangeiras e da educação de jovens e adultos, com o objetivo de descobrir semelhanças, complementaridades e diferenças teóricas sobre as quais possa ser construída uma proposta de ensino-aprendizagem de línguas que responda às necessidades do projeto político-pedagógico do PROEJA. Nessa etapa inicial, discutiremos os aspectos sócio-culturais e linguísticos os quais refletem nos contextos afetivo, cognitivo, político-ideológico e educacional que envolvem o aprendiz e seu ambiente e situação de aprendizagem.</p>

SIMPÓSIO 14: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DE LM E LE**Coordenadora: Sonilda Sampaio Santos Pereira (UESB)****E-mail: sonildasampaio@bol.com.br****OBJETIVOS:**

1. Discutir as condições atuais do ensino da língua materna e de línguas estrangeiras para campestres – parte inerente ao mundo plural;
2. Discutir a educação formal no/do campo a partir dos interesses (ou não) das políticas públicas, sobretudo no que se refere ao alfabetismo dos camponeses.

RESUMO:

Embora o Brasil seja um país de origem predominantemente agrária e a realidade linguística rural faça parte do pluralismo mundial, *no* campo brasileiro ainda não há uma escola que seja efetivamente *do* campo, sobretudo no que se refere ao ensino de línguas, tanto das variantes da língua portuguesa brasileira, quanto das estrangeiras. Mennucci (1993) afirma: “a prova mais eloqüente do fracasso da escola rural é a existência da formidável massa de analfabetos na roça. Não houve até agora educação rural no Brasil”. As políticas públicas governamentais sempre deixaram a educação dos camponeses à mercê do acaso. Este simpósio visa possibilitar uma discussão sobre a ocorrência da aquisição da lecto-escrita da língua materna e de línguas estrangeiras por camponeses, sem “ambientes alfabetizadores” e sem contatos com a sonoridade de línguas utilizadas além das fronteiras. Busca-se uma proposta alternativa para a educação campestre, com especificidade, para a práxis pedagógica alfabetizadora que tome o campo como eixo de suas ações, numa perspectiva progressista-libertadora e respeitadora das diferenças linguísticas. É tarefa da educação formal o ensino de línguas e de seus usos sociais nas relações intra e além fronteiras. Daí, os questionamentos: o governo tem incrementado políticas públicas que viabilizem a formação integral do educando camponês? Como consequência desta formação integral, ao sujeito do campo tem sido oportunizado o ensino efetivo da LM e de LE?

SIMPÓSIO 15: MOSAICOS: EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA PARA UM MUNDO PLURAL

Coordenadoras: Désirée Motta Roth (UFSM), Vera Lúcia Lopes Cristovão (UEL) e Anna Rachel Machado (PUC-SP)

E-mail: veracristovao@yahoo.com

OBJETIVO(S): traçar um painel de ações da educação linguística em nosso país

RESUMO:

Várias partes do complexo sistema social atuam no processo educacional de formas diversas. A educação linguística também compõe tal processo que deve poder contar com ações para um mundo plural. Nesse cenário, propomos refletir sobre algumas questões: Como o ensino e a formação de professores de línguas podem ser vistos como parte de uma política de línguas e ensino? Que políticas de línguas, formação de professores e ensino temos e o que desejamos? Quais são as necessidades da área e da sociedade em relação a essa política? O que pensam/dizem os professores em formação inicial e em serviço sobre a educação linguística como um sistema de atividades? Como a área de línguas se relaciona com a sociedade? Como as políticas de línguas, formação de professores e ensino podem influenciar a busca pela pluralidade? Esses são alguns dos questionamentos que lançamos aos participantes para encorajar a reflexão, o debate e a apresentação de dados que sirvam de referência para um delineamento mais nítido do campo da educação linguística. Nosso objetivo é traçar um painel (de similaridades e diferenças) dos vários pontos, momentos e participantes desse processo para podermos propor ações baseadas em um conjunto de dados representativos da complexidade do sistema de educação linguística atualmente em funcionamento. Pedimos aos participantes que apresentem dados de pesquisa (ou levantamento criterioso) que investigue as instâncias e contextos específicos onde se desenrolam as várias atividades que formam o sistema de educação linguística (a sala de aula na escola e na universidade, as reuniões de professores, a direção e a coordenação escolar, a formação de professores, os currículos na escola e na universidade, o material didático, etc.), enfocando a dimensão política da ação dos vários actantes nessas instâncias e contextos específicos. Ao final, pretendemos formar um *mosaico* de dados que nos forneçam subsídios sobre o atual estado do campo da educação linguística no país.

SIMPÓSIO 16: DIÁLOGOS SOBRE PROCESSOS EDUCACIONAIS (TRANS) FORMADORES NA UNIVERSIDADE

Coordenadores: Kleber Aparecido da Silva (UNESP), Simone Reis(UEL), Cristiane Nicolaides (UFRJ)

E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br

OBJETIVO(S)

Promover diálogos teórico-metodológicos, com considerações para a pesquisa e educação de professores de línguas, entre pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior públicas e/ou privadas.

RESUMO:

O presente simpósio reúne relatos de pesquisas concluídas e/ou em andamento em torno da educação de mestres e educandos de línguas, a partir de suas experiências, crenças e cognições. Articuladas com teorias amplamente discutidas na Linguística Aplicada e nas Ciências Sociais, as comunicações que compõem esta sessão abrem diálogos sobre o ensino e aprendizagem que hoje se revelam em nossas universidades públicas e/ou particulares como parte integrante de processos educacionais voltados à (trans)formação.

SIMPÓSIO 17: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR EM LETRAS: LEGISLAÇÃO E PERFIL DE PROFISSIONAIS

Coordenadoras: Del Carmem Daher (UFF), Márcia Paraquett (UFBA), Vera L. A. Sant'Anna (UFRJ)

E-mail: deldaher@terra.com.br

OBJETIVO(S)

(1) identificar movimentos de mudança na formação do professor de língua estrangeira, tendo como referência as Resoluções CNE/CP nº 1 e nº 2 de 2002, que definem as diretrizes a serem seguidas na reformulação da licenciatura no curso de Letras;

(2) dar a conhecer um panorama de possibilidades interpretativas das resoluções, configurado na forma como diferentes instituições reformularam seu currículo.

RESUMO:

Este simpósio se propõe a reunir pesquisadores voltados para discussões sobre o perfil profissional de professor, instaurado pela nova legislação federal, particularmente da área de línguas estrangeiras. O objetivo é dar a conhecer um panorama de possibilidades interpretativas da lei, configurado na forma como cada instituição reformulou seu currículo, observando se houve criação de disciplinas, mudança de carga horária, alteração de ementas, programas e bibliografias. Enfim, trazer a público o perfil de professor de línguas que as instituições se propõem a oferecer ao mercado de trabalho para a área de ensino básico do país. Um simpósio dessa natureza tem como premissa nossa experiência, que nos permite observar que as disciplinas dos cursos de Letras não costumam incorporar discussões sobre a formação para o trabalho do profissional professor de línguas estrangeiras, pois a maior parte das disciplinas desse curso preocupa-se com conteúdos sobre língua e literatura, ignorando ou não valorizando a relevância da articulação entre tal conteúdo e a atividade a ser realizada em situação de trabalho.

A justificativa fundamental para definir esse foco para o simpósio, portanto, deve-se ao que se tem apresentado como descompasso entre formação e trabalho de professor que vem, ao longo do tempo, criando e mantendo um discurso de afastamento entre o que se aprende nos cursos de formação e o que efetivamente se deve ensinar nas escolas. Esse descompasso tem sido tratado como “culpa” ou da formação - porque teórica, distanciada da prática -, ou do próprio professor, desinteressado e desestimulado pelas condições de sua atuação. Portanto, definir como foco o estudo de modos institucionais de compreender os documentos que propõem a reforma da formação em Letras pode vir a ser um espaço de discussão que favoreça melhor compreender para transformar nosso presente/futuro na formação de professores de línguas.

As coordenadoras do simpósio, além de trabalharem com a formação de professores em três importantes universidades públicas brasileiras (UFF, UFBA, UERJ), participam de grupos de pesquisas e são orientadoras de teses e dissertações na área de estudos de linguagem, o que possibilitará uma circulação de temas e pesquisas que em muito interessam à discussão do III ENPLE.

SIMPÓSIO 18: ENSINO DE LIBRAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Coordenadoras: Maria Cecília de Moura (PUC-SP), Ana Cláudia Lodi (USP), Elomena Barbosa de Almeida (UNIMEP)

E-mail: alce55@uol.com.br

OBJETIVO(S)

Este Simpósio tem como objetivo discutir o ensino de Libras nos cursos de Pedagogia, Fonoaudiologia, Letras e Licenciaturas em geral em termos de objetivos e efetividade da disciplina para os diferentes Cursos, com ênfase naqueles voltados à formação de professores. A questão que se coloca é: basta o ensino de Libras em cursos de breve duração para que os professores possam se considerar formados para o exercício profissional com sujeitos surdos?

RESUMO:

Com a publicação do Decreto nº 5626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00, tem-se observado um movimento das Instituições públicas e privadas de Ensino Superior para se adequarem à exigência legal no que diz respeito ao disposto ao Art. 3º do Decreto nº 5626/05, ou seja, a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia e como disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. Apesar do avanço observado neste Decreto no que diz respeito à divulgação da Libras e para a educação de pessoas surdas, alguns questionamentos têm sido feitos, dada a generalidade que tal instrumento legal e o MEC têm tratado esta questão no que se refere aos cursos de formação de professores. Até o presente momento, não foram traçadas diretrizes que discutam o conteúdo a ser abordado nesta disciplina nem o estabelecimento da carga horária mínima para o desenvolvimento da mesma. Com isso, tem havido uma vasta interpretação no que se refere à carga horária, programa de disciplina e metodologias de ensino, acarretando em propostas nas quais o oferecimento da disciplina é cumprido com um mínimo de horas - 34h/a -, ou por intermédio de palestras que pouco podem contribuir para a formação do profissional. Questiona-se, ainda, nos casos de oferecimento de uma disciplina voltada, exclusivamente, para o ensino de LIBRAS, se apenas o conhecimento da língua é suficiente para que as questões relativas ao ensino-aprendizagem dos sujeitos surdos sejam contemplados quando na prática docente. Acreditamos que esta discussão precisa ser enfrentada e que o compartilhar de experiências possa auxiliar na reflexão desta complexa questão.

SIMPÓSIO 19: A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE ESPANHOL NA ESCOLA PÚBLICA: UM DESAFIO A ENFRENTAR.

Coordenadora: **Maria Luiza Ortiz Alvarez (UNB)**

E-mail: marialuisa.ortiz@gmail.com

OBJETIVO(S) 1) Mostrar o lugar que hoje ocupa a língua espanhola no mundo globalizado; 2) focalizar a trajetória do ensino dessa língua no Brasil; 3) discutir as políticas linguísticas atuais com relação à sua implantação e obrigatoriedade nas escolas do país.

RESUMO:

O mundo globalizado de hoje exige, além de um bom domínio da língua inglesa, o domínio de uma segunda língua, neste caso o Espanhol. Por sua privilegiada situação no mundo, as suas possibilidades econômicas e políticas e a sua cultura milenar, a língua espanhola se transformou num sistema de comunicação e, posterior à implantação do Mercosul, tornou-se também uma língua importante no âmbito dos negócios e do comércio no Brasil. A situação da língua espanhola no nosso país cresceu e ganhou força a partir da aprovação da LEI Nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, sancionada pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, a qual trata da obrigatoriedade do ensino de espanhol nas escolas públicas do Ensino Médio no Brasil, muito bem aceita pela sociedade e em especial pelos profissionais da educação. A lei prevê a implantação gradativa do ensino do espanhol, no prazo de cinco anos, e atribui aos conselhos estaduais de educação a responsabilidade pelas normas que tornem viável sua execução de acordo com as condições e peculiaridades locais. Mas para isso precisa-se de mais professores habilitados na área, ou seja, estamos falando da contratação de um exército de várias dezenas de milhares de professores. Isso implica na formação de uma quantidade considerável de professores de Espanhol para poder satisfazer a grande demanda. O presente trabalho pretende mostrar o lugar que hoje ocupa a língua espanhola no mundo globalizado, focalizar a trajetória do ensino dessa língua no Brasil, assim como as políticas linguísticas atuais com relação à sua implantação obrigatória nas escolas do país.